

AValiação Neuropsicológica em Crianças Pré- Escolares: Possibilidades e Desafios.

Teresa Jorgeanni Pinto de Oliveira Benevides¹

RESUMO

A Avaliação Neuropsicológica em crianças pré-escolares constitui uma importante ferramenta para a compreensão do desenvolvimento infantil e para a identificação precoce de possíveis alterações cognitivas, comportamentais, emocionais e sociais. Apesar da máxima “cada criança tem seu tempo” ser válida e necessária no tocante à não-patologização da infância, é fundamental refletir sobre o limiar entre o desenvolvimento neurotípico e neuroatípico e sobre os fatores que influenciam essa trajetória. Considerando a primeira infância como um período basilar, de intensa neuroplasticidade e maturação neurobiológica, torna-se essencial compreender os aspectos que favorecem ou dificultam esse processo, a fim de planejar intervenções precoces e eficazes. Isso posto, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma revisão da literatura sobre as possibilidades e os desafios envolvidos na avaliação neuropsicológica de crianças pré-escolares, à luz de autoras como Glozman (2014), Dias e Seabra (2018). Entre os principais desafios, destacam-se a escassez de instrumentos padronizados e validados no contexto nacional, os limites éticos da avaliação neuropsicológica ante a não patologização da infância, e a carência de profissionais qualificados na área de desenvolvimento infantil. Apesar da avaliação neuropsicológica em crianças pré-escolares ainda ser pouco explorada no Brasil, os achados apontam a avaliação neuropsicológica infantil como essencial para a identificação e descrição do perfil funcional da criança, permitindo mapear potencialidades e dificuldades, bem como integrar à análise fatores do ambiente familiar e escolar. Conclui-se que a avaliação neuropsicológica de pré-escolares, contribui significativamente para a compreensão global da criança e o desenvolvimento de intervenções precoces mais assertivas e eficazes.

Palavras-chave: avaliação neuropsicológica, desenvolvimento infantil, primeira infância, intervenção precoce, pré-escolares.

INTRODUÇÃO

Cada criança tem seu tempo. Essa afirmação, comumente reproduzida, remete a um ideário social, histórico e cultural acerca da importância de não-patologização das infâncias. É bem verdade que vivemos em uma era de banalização de diagnósticos e de atribuição de rótulos (JERUSALINSKY, 2018). No entanto, quando se trata do desenvolvimento infantil, qual é o limiar entre o desenvolvimento “neurotípico” e “neuroatípico”? Como saber se alterações comportamentais são decorrentes do estágio de

¹Bacharel em Psicologia pela Universidade Potiguar (UnP); Pós-graduada em Terapia Cognitivo Comportamental na Infância e Adolescência (Faculdade Primum); Pós-graduada em Neuropsicopedagogia pela Faculdade Única de Ipatinga – FUNIP; Professora Permanente da Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Rio Grande do Norte – SEEC/RN, jorgeanni@gmail.com



desenvolvimento, de fatores socioambientais ou se são inerentes a dificuldades relacionadas ao neurodesenvolvimento? Como assegurar uma linha de cuidado à criança sem patologizar as infâncias?

Considerando que a avaliação neuropsicológica em crianças pré-escolares é uma temática complexa, ainda pouco discutida, mas de fundamental importância para a compreensão dos processos de desenvolvimento cognitivo, comportamental e social, este artigo propõe uma análise aprofundada acerca das possibilidades e dos desafios inerentes a essa prática (DIAS e SEABRA, 2018; VENTURIERI et al., 2023). A pertinência da pesquisa ancora-se na crescente necessidade de intervenções precoces que evitem a patologização inadvertida da infância, propiciando, assim, uma linha de cuidado que respeite as singularidades de cada criança, sem reduzir comportamentos atípicos a diagnósticos imediatos. Tendo em vista que, conforme explicita Glozman (2014), a falta de estímulos adequados nessa etapa pode impactar o desenvolvimento de maneira profunda e, em certos casos, gerar consequências permanentes.

Sob tal perspectiva, a identificação do limiar entre o desenvolvimento neurotípico e o neuroatípico se revela como uma questão premente, uma vez que os instrumentos de avaliação atualmente disponíveis, especialmente os destinados aos pré-escolares, apresentam limitações quanto à sua validação e adaptação para os contextos português e brasileiro (DA SILVA et al. 2020; VENTURIERI et al., 2023). Ademais, à luz da Lei nº 13.438/2017, que determina a implementação de protocolos padronizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a discussão acerca das possibilidades e dos desafios na avaliação neuropsicológica ganha ainda mais relevância, visto que o mapeamento precoce de atrasos no desenvolvimento pode indicar intervenções mais assertivas e personalizadas, conforme apontam Mecca et al. (2012).

Isso posto, o presente estudo trata-se de uma revisão de literatura, com enfoque qualitativo e caráter analítico-descritivo, apoiada nas discussões de autoras como Glozman (2014), Dias e Seabra (2018), bem como em estudos disponíveis em bases como SciELO e PePSIC. Os achados apontaram uma carência de ferramentas validadas e adaptadas à realidade nacional, sendo essa lacuna predominante no subgrupo pré-escolar (DA SILVA et al., 2020), além de deficiências formativas e da escassez de profissionais especializados para essa faixa etária. A revisão evidencia, ainda, que o aprimoramento de protocolos de avaliação neuropsicológica, aliado à qualificação profissional, pode contribuir para uma atuação ética e comprometida, com intervenções mais assertivas e personalizadas, respeitando a singularidade e a complexidade dos processos de maturação



nerológica de cada criança, sem desconsiderar seu contexto social, histórico, econômico e cultural (GLOZMAN, 2014).

METODOLOGIA

O presente estudo baseou-se em uma revisão sistemática da literatura, de cunho descritivo-analítico. Essa abordagem permitiu uma análise minuciosa de estudos publicados entre 2012 e 2024, localizados em bases de dados como SciELO e PePSIC. Foram considerados artigos indexados, teses e dissertações que contribuíram para a compreensão da avaliação neuropsicológica em crianças pré-escolares e que dialogam com os pressupostos teóricos de Dias e Seabra (2018) e Glozman (2014).

Para a triagem e seleção dos estudos, foram definidos alguns critérios rigorosos, priorizando pesquisas com fundamentação teórica consistente, amostras representativas e análises estatísticas adequadas. Esses critérios legitimaram a aplicabilidade dos dados e reforçaram a relevância das evidências apresentadas. Inicialmente, realizou-se uma busca sistemática utilizando os descritores “avaliação neuropsicológica”, “desenvolvimento infantil” e “pré-escolares”, o que possibilitou mapear um conjunto expressivo de referências e evidências empíricas que contribuíram para o enriquecimento da discussão (DE SALLES et al. 2015). Em seguida, os estudos selecionados foram submetidos a uma leitura crítica detalhada, permitindo identificar convergências e divergências quanto às práticas avaliativas, à eficácia das intervenções precoces e às barreiras metodológicas enfrentadas por profissionais da área (DA SILVA et al., 2020; VENTURIERI et al., 2023).

Por fim, o delineamento metodológico que fundamenta este estudo possibilitou não apenas uma revisão crítica dos instrumentos e das práticas avaliativas, mas também a construção de um referencial teórico que embasa as discussões acerca dos desafios presentes na e para a avaliação neuropsicológica na primeira infância (DE OLIVEIRA, 2018). Além disso, evidencia-se a necessidade de formulação de políticas públicas educacionais e de saúde voltadas a essa faixa etária. As lacunas identificadas na literatura apontam para a importância de futuras investigações que aprofundem a interface entre a avaliação neuropsicológica e os condicionantes sociais, históricos e culturais que influenciam o desenvolvimento cognitivo e comportamental na primeira infância (DA SILVA et al., 2020; DE OLIVEIRA, 2018; GLOZMAN, 2014).



REFERENCIAL TEÓRICO

Sabe-se que a avaliação neuropsicológica é um processo de investigação que se insere no campo da Neuropsicologia, ciência que estuda e busca compreender a relação entre o cérebro, a cognição e o comportamento humano. Seu objetivo central é identificar as potencialidades e dificuldades do indivíduo, caracterizando o funcionamento cognitivo do sujeito avaliado e o nível de desenvolvimento de cada habilidade investigada, ou seja, o resultado final deve fornecer um perfil neuropsicológico do avaliando (DIAS e SEABRA, 2018). Mas quando se trata de crianças que estão em idade pré-escolar, a avaliação neuropsicológica apresenta o mesmo objetivo-fim?

Compreende-se por pré-escolares, conforme destaca Muskat e Rizzuti (2018), o período que vai dos 3 aos 6 anos de idade, período esse caracterizado por uma acentuada plasticidade neuronal e pela consolidação de habilidades cognitivas essenciais para a vida acadêmica e social. Essa é uma fase basilar em que estímulos externos e interações familiares exercem papel decisivo na formação das funções neuropsicológicas, ampliando a compreensão sobre as variáveis ambientais presentes no cotidiano da criança. Trata-se, portanto, de um recorte temporal crucial, no qual intervenções precoces podem favorecer significativamente para o desenvolvimento global da criança, prevenindo possíveis dificuldades futuras e promovendo o fortalecimento das potencialidades individuais (DE OLIVEIRA; JERUSALINSKY, 2018).

Nesse contexto, Antunes et al. (2018) apontam a avaliação neuropsicológica de pré-escolares como uma grande aliada para o desenvolvimento infantil, uma vez que transcende a mera busca pela identificação de diagnósticos clínicos ou de fatores de risco para transtornos psiquiátricos e do neurodesenvolvimento.

Ela também visa identificar alvos terapêuticos para intervenção precoce, já que a estimulação, a habilitação e a reabilitação cognitiva podem aumentar a chance de a criança lidar com as adversidades inerentes a quadros de atraso no neurodesenvolvimento. (ANTUNES et al., p. 63 e 64, 2018).

Para Venturieri (2023), a avaliação neuropsicológica representa um avanço significativo na análise do perfil da criança por meio dos testes cognitivos e da mensuração das funções executivas, auxiliando na compreensão dos mecanismos de maturação neurológica e das interrelações entre aspectos cognitivos e socioemocionais (GLOZMAN, 2014). Tal prática parte do pressuposto de que as funções cognitivas, motoras e perceptivas configuram-se como dimensões interligadas, exigindo uma



abordagem integral e integrada que considere tanto aspectos biológicos quanto influências sociais e ambientais.

Não obstante, a avaliação neuropsicológica mostra-se também como um campo de fronteira entre a ciência e a prática, exigindo um cuidado rigoroso na interpretação dos dados e uma articulação interdisciplinar que envolva neuropsicólogos, pedagogos, médicos e outros especialistas (BORGES, 2019; GLOZMAN, 2014). Essa integração visa assegurar que os instrumentos utilizados reflitam a complexidade dos processos de maturação neurológica e promovam o desenvolvimento integral da criança, sem perder de vista as implicações éticas e sociais inerentes ao diagnóstico precoce em contextos pluridiversos.

Jerusalinsky (2018) aponta para a necessidade de uma revisão constante dos protocolos adotados, buscando evitar a banalização dos diagnósticos e a estigmatização precoce das crianças, corroborando com a ideia de que os desvios identificados podem ser tanto consequência de fatores ambientais quanto reflexos de um desenvolvimento em curso. Dessa maneira, a articulação entre a teoria e a prática, por meio de estudos empíricos e reavaliações metodológicas, enfatiza a necessidade de protocolos que incorporem medidas longitudinais, permitindo a análise dos padrões evolutivos sem desconsiderar os atravessamentos sociais, históricos e culturais (GLOZMAN, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os avanços recentes na neuropsicologia infantil, a discussão das possibilidades e desafios na avaliação de crianças pré-escolares mostra-se indispensável para a melhoria das práticas avaliativas, seja no contexto clínico ou educacional, tanto em instituições públicas quanto privadas. A reflexão apresentada por Dias e Seabra (2018) ressalta que a identificação de alterações no desempenho cognitivo e comportamental requer um conjunto de instrumentos capazes de captar a diversidade das manifestações durante o processo de desenvolvimento, sem que se perca a individualidade de cada criança.

Sob essa ótica, autores como Da Silva et al. (2020) e De Oliveira (2018) enfatizam que os instrumentos de avaliação são decisivos para a detecção precoce de condições que possam indicar dificuldades ou atrasos no neurodesenvolvimento. Para esses autores, a avaliação deve ser realizada por meio de instrumentos validados, que permitam uma análise contextualizada do comportamento infantil, fornecendo um perfil detalhado de



cada criança. Venturieri et al. (2023) e Borges (2019), acrescentam que a identificação precoce de alterações neuropsicológicas pode contribuir para a implementação de intervenções que promovam o desenvolvimento das potencialidades e minimizem as dificuldades, configurando-se uma abordagem preventiva e transformadora.

Contudo, observa-se que, embora os avanços tecnológicos e metodológicos tenham oportunizado o desenvolvimento de instrumentos específicos para a avaliação de crianças, esses recursos ainda carecem de ampla validação no contexto brasileiro, especialmente quando se trata da população pré-escolar, como afirmam Da Silva et al. (2020). As discussões metodológicas acerca da padronização dos testes, da validade externa dos instrumentos e das dificuldades de adaptação cultural têm sido abordadas por autores como Glozman (2014) e Dias e Seabra (2018), que apontam para uma dificuldade de generalização dos resultados decorrente da heterogeneidade das amostras pediátricas.

Além disso, a diversidade dos contextos familiares e educacionais reforça a necessidade de que os profissionais envolvidos estejam preparados para distinguir entre as variações naturais do desenvolvimento e as alterações que podem indicar riscos ou déficits neurológicos. Nesse sentido, a articulação entre teoria e prática evidencia a importância da formação continuada e dos diálogos interdisciplinares, bem como da atualização constante, elementos essenciais para a construção de abordagens cada vez mais assertivas e humanizadas na avaliação neuropsicológica de crianças pré-escolares (GLOZMAN, 2014; VENTURIERI et al., 2023).

É válido destacar os desafios metodológicos e institucionais existentes no campo das políticas públicas. Embora a Lei nº 13.438/2017 oriente a adoção de práticas avaliativas que favoreçam a identificação precoce de atrasos no desenvolvimento e o encaminhamento oportuno para intervenções voltadas à faixa etária pré-escolar no âmbito do SUS, observa-se, na prática, uma escassez de protocolos estruturados. Tal cenário evidencia a necessidade de aprimoramento dos métodos diagnósticos, bem como da formação continuada dos profissionais envolvidos no processo avaliativo.

Por fim, os estudos apontam que o potencial transformador da avaliação neuropsicológica reside na sua capacidade de integrar múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil, minimizando riscos de diagnósticos tardios e promovendo uma abordagem preventiva e proativa. Para tanto, é imprescindível a implementação de instrumentos culturalmente adaptados e a capacitação de profissionais, de modo que os processos avaliativos sejam conduzidos de forma ética, precisa e sensível às diversidades



culturais e socioeconômicas. Dessa maneira, evita-se a patologização da infância e promove-se um olhar mais integral sobre o desenvolvimento infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas ao longo deste estudo, conclui-se que a avaliação neuropsicológica em crianças pré-escolares oferece um potencial significativo para a compreensão do desenvolvimento infantil em suas múltiplas dimensões cognitivas, emocionais, comportamentais e sociais (VENTURIERI et al., 2023). Quando conduzida de maneira ética, contextualizada e interdisciplinar, permite identificar precocemente possíveis alterações no neurodesenvolvimento e planejar intervenções mais assertivas, respeitando as particularidades de cada criança.

Em contrapartida, os estudos analisados apresentaram desafios metodológicos e práticos que ainda precisam ser enfrentados, como a escassez de instrumentos padronizados e validados para o contexto brasileiro, a necessidade de maior integração entre teoria e prática e a carência de profissionais qualificados para atuar com a faixa etária pré-escolar. Além disso, destaca-se a importância de fortalecer o alinhamento entre as práticas avaliativas e as políticas públicas, conforme preconiza a Lei nº 13.438/2017 (JERUSALINSKY, 2018)

Conclui-se, portanto, que a avaliação neuropsicológica de pré-escolares deve ser compreendida não como um instrumento de rotulação, mas como um meio de promover o desenvolvimento integral da criança, valorizando suas potencialidades e prevenindo dificuldades futuras. O fortalecimento de práticas avaliativas culturalmente sensíveis, cientificamente embasadas e eticamente conduzidas é essencial para garantir uma linha de cuidado que acolha e respeite as peculiaridades das infâncias.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a interface entre a avaliação neuropsicológica e os fatores socioculturais que influenciam o desenvolvimento infantil, bem como invistam na validação e adaptação de instrumentos para o contexto brasileiro. Estudos longitudinais e empíricos podem contribuir significativamente para o aperfeiçoamento dos protocolos avaliativos e para a consolidação de práticas mais humanizadas, preventivas e eficazes no cuidado à primeira infância. Assim, a presente pesquisa reafirma a importância de compreender a avaliação neuropsicológica como uma ferramenta de promoção do desenvolvimento e de garantia



de direitos na infância, fortalecendo o compromisso científico e social com o bem-estar das crianças e suas famílias.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. M., JÚLIO-COSTA, A. e MALLOY-DINIZ, L. F.: **Como explorar a queixa clínica na avaliação neuropsicológica de pré-escolares**. In: DIAS, N. M.; SEABRA, A. G. **Neuropsicologia com pré-escolares: avaliação e intervenção**. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2018 (Coleção Neuropsicologia na Prática Clínica).

BORGES, Fernanda Alves. **Avaliação neuropsicológica infantil na fase pré-escolar**. 2019. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/33119/1/Fernanda+Alves+Borges_Defesa+TCC.pdf Acesso em 02 jun 2025.

BRASIL. LEI N.º 13.438/2017 de 26 de abril de 2017. **Tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n. 80, p. 2, 26 de abril de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113438.htm. Acesso em 20 mai 2025.

DA SILVA, Jeane Del Campo; ARAGÃO, Júlio César Soares; LOUREIRO, Lucrecia Helena. **Avaliação cognitiva de pré-escolares**. Revista de Ciências da Educação, v. 2, n. 47, p. 95-108, 2020. Disponível em: <https://revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/40>. Acesso em: 02 mai. 2025.

DE OLIVEIRA, Maria Clara Veloso. **Avaliação neuropsicológica das funções executivas de pré-escolares**. 2018. Tese de Doutorado. PUC-Rio. Disponível em: https://ppg.psi.puc-rio.br/uploads/uploads/1969-1231/2018_91b295413c3e72737a061b6d6b310c8c.pdf Acesso em: 02 mai. 2025.

DE SALLES, Jerusa Fumagalli; HAASE, Vitor Geraldi; MALLOY-DINIZ, Leandro F. **Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. Artmed Editora, 2015.

DIAS, N. M.; SEABRA, A. G. **Avaliação neuropsicológica infantil: fundamentos e aplicações**. In: DIAS, N. M.; SEABRA, A. G. (Org.). **Avaliação neuropsicológica: desenvolvimento infantil e aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Memnon, 2018. p. 15–46.

GLOZMAN, Janna. **A prática neuropsicológica fundamentada em Luria e Vygotsky: avaliação, habilitação e reabilitação na infância**. Tradução: Carla Anauate. São Paulo: Memnon, 2014.

JERUSALINSKY, Julieta. **Deteção precoce de sofrimento psíquico versus patologização da primeira infância: face à lei nº 13.438/17, referente ao estatuto da criança e do adolescente**. Estilos da Clínica, v. 23, n. 1, p. 83-99, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/estic/article/view/144671>. Acesso em: 06 mai. 2025.

MECCA, Tatiana Pontrelli; ANTONIO, Daniela Aguilera Moura; MACEDO, Elizeu Coutinho de. **Desenvolvimento da inteligência em pré-escolares: implicações para a aprendizagem**. Rev. psicopedag., São Paulo, v. 29, n. 88, p. 66-73, 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862012000100009&lng=pt&nrm=iso acessos em 30 jul. 2025.



VENTURIERI, Clarissa et al. **Avaliação de funções executivas em pré-escolares: revisão de escopo da literatura brasileira**. Revista Neuropsicologia Latinoamericana, v. 15, n. 1, 2023. Disponível em: https://mail.neuropsicolatina.org/index.php/Neuropsicologia_Latinoamericana/article/view/756. Acesso em: 05 mai. 2025.

